



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Inspeção de Controle Externo

PT/Ofício

1

ASSUNTO:  
ADIANTAMENTOS

Ofício nº.: 056/09

Curitiba, 31 de julho de 2009.

Exmo. Sr. Diretor,

Considerando que compete às Inspeções de Controle Externo deste Tribunal, de conformidade com o disposto no art. 157, § 2º, do Regimento Interno, a fiscalização das despesas realizadas em regime de adiantamento, conforme previsto na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e, tendo em vista que esta Lei, em seu artigo 68, dispõe que: "**O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação**", solicitamos sejam tomadas as medidas cabíveis à necessária definição legal das despesas passíveis de execução sob o referido regime, observadas as especificidades dos serviços públicos afetos aos poderes do Estado.

Alertamos que a falta de previsão legal impede que o ato administrativo seja dotado de validade e legitimidade, acarretando a responsabilização do agente que o pratica.

Por isso, dentro do prazo de 15 dias, esta Inspeção aguarda esclarecimentos sobre as iniciativas tomadas no sentido de dotar de validade a execução de despesas sob o regime de adiantamento.

Respeitosamente,

**RITA DE CÁSSIA MOMBELLI**

Inspetora - 4ª ICE

De acordo,

**FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES**

Conselheiro Superintendente

Exmo. Sr.

**VICENTE LUIS TEZZA**

M.D. Diretor do CRE

CURITIBA- PR